

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 04/2012

Disponibilização: 27 de fevereiro de 2012

Período abrangido: 13 a 24 de fevereiro de 2012

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **SEGURANÇA PÚBLICA**
- 3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
 - **PESSOAL DOCENTE**
- 4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **VETERINÁRIA**
- 5. AMBIENTE**
- 6. COMÉRCIO**
- 7. CONSUMIDORES**
- 8. DEFESA/FORÇAS ARMADAS**
- 9. EDUCAÇÃO**
- 10. EMPRESAS**
 - **EMPRESA PÚBLICA**
- 11. FINANÇAS**
 - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
 - **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**
 - **VALORES MOBILIÁRIOS**
- 12. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO**
- 13. JUSTIÇA**

14. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

16. SAÚDE

17. TRABALHO

18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

19. TURISMO E LAZER

1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR

Resolução da Assembleia da República n.º 20/2012, de 14 de fevereiro **(Assembleia da República)**

Eleição da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Declaração de Retificação n.º 11/2012, de 24 de fevereiro **(Assembleia da República)**

Declaração de retificação à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, sobre o «Orçamento do Estado para 2012», publicada no Diário da República, 1.ª série, suplemento, n.º 250, de 30 de dezembro de 2011

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

• SEGURANÇA PÚBLICA

Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro **(Assembleia da República)**

Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro **(Assembleia da República)**

Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas

• PESSOAL DOCENTE

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2012, de 17 de fevereiro **(Supremo Tribunal Administrativo)**

Acórdão do STA de uniformização de jurisprudência de 14 de Dezembro de 2011, no processo n.º 903/10. O Decreto-Lei 408/89, de 18 de Novembro, contém normas específicas relativamente ao regime de promoção do pessoal docente universitário e do ensino superior politécnico e do pessoal de investigação científica, devendo, em consequência, o regime por ele estabelecido, designadamente no seu artigo 3.º, alínea b), in fine, ser considerado como lei especial, prevalecendo sobre as regras gerais para as carreiras da Administração Pública previstas no Decreto-Lei 353-A/89, de 16 de Outubro, concretamente a contida no seu artigo 17.º, n.º 2

4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• VETERINÁRIA

Decreto-Lei n.º 38/2012, de 16 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei 244/2003, de 7 de outubro, que estabelece as regras de financiamento do sistema de recolha de animais mortos na exploração (SIRCA), e à primeira alteração ao Decreto-Lei, 19/2011, de 7 de fevereiro, que define as regras de financiamento do SIRCA

5. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 37/2012, de 16 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Atualiza as substâncias ativas constantes da Lista Positiva Comunitária para a colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos, transpõe 37 Diretivas da Comissão e procede à 31.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de abril

Decreto-Lei n.º 38/2012, de 16 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei 244/2003, de 7 de outubro, que estabelece as regras de financiamento do sistema de recolha de animais mortos na exploração (SIRCA), e à primeira alteração ao Decreto-Lei, 19/2011, de 7 de fevereiro, que define as regras de financiamento do SIRCA

6. COMÉRCIO

Resolução da Assembleia da República n.º 22/2012, de 15 de fevereiro

(Assembleia da República)

Recomenda ao Governo que promova o estabelecimento de uma concorrência saudável no setor do leite e dos produtos lácteos, reabra a discussão do regime de quotas leiteiras nos fóruns próprios da União Europeia e defenda intransigentemente a sua manutenção na regulamentação comum do leite e dos produtos lácteos

Resolução da Assembleia da República n.º 23/2012, de 15 de fevereiro

(Assembleia da República)

Recomenda medidas urgentes a adotar pelo Governo que visam a sustentabilidade do setor leiteiro

Decreto-Lei n.º 37/2012, de 16 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Atualiza as substâncias ativas constantes da Lista Positiva Comunitária para a colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos, transpõe 37 Diretivas da Comissão e procede à 31.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de abril

7. CONSUMIDORES

Despacho n.º 1994/2012, de 13 de fevereiro

(Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego)

Aprova o Regulamento do Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores

Resolução da Assembleia da República n.º 23/2012, de 15 de fevereiro
(Assembleia da República)

Recomenda medidas urgentes a adotar pelo Governo que visam a sustentabilidade do setor leiteiro

Decreto-Lei n.º 37/2012, de 16 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Atualiza as substâncias ativas constantes da Lista Positiva Comunitária para a colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos, transpõe 37 Diretivas da Comissão e procede à 31.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de abril

8. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

Despacho n.º 2602/2012, de 22 de fevereiro

(Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional)

Sistema remuneratório dos militares das Forças Armadas

9. EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro

(Ministério da Educação e Ciência)

Procede à 11.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril

Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro

(Ministério da Educação e Ciência)

Regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e revoga o Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de Junho

Decreto-Lei n.º 42/2012, de 22 de fevereiro

(Ministério da Educação e Ciência)

Altera o sistema de apuramento da classificação final do ensino secundário dos cursos científico-humanísticos de ensino recorrente para efeitos de prosseguimento de estudos, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação da aprendizagem, no nível secundário de educação

10. EMPRESAS

- **EMPRESA PÚBLICA**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos

Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Approva os critérios de determinação do vencimento dos gestores das entidades públicas integradas no Serviço Nacional de Saúde

11. FINANÇAS

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Despacho n.º 2075-A/2012, de 13 de fevereiro
(Ministério das Finanças)

Approva as tabelas de retenção na fonte para 2012

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro
(Ministério das Finanças)

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2012

Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro
(Assembleia da República)

Approva as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas

- **VALORES MOBILIÁRIOS**

Decreto-Lei n.º 40/2012, de 20 de fevereiro
Ministério das Finanças

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei 279/98, de 17 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos bilhetes do Tesouro

12. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

Portaria n.º 47-A/2012, de 24 de fevereiro
(Ministério da Economia e do Emprego)

Quarta alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de novembro

13. JUSTIÇA

Lei n.º 7/2012, de 13 de fevereiro
(Assembleia da República)

Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2012, de 17 de fevereiro
(Supremo Tribunal Administrativo)

Acórdão do STA de uniformização de jurisprudência de 14 de Dezembro de 2011, no processo n.º 903/10. O Decreto-Lei 408/89, de 18 de Novembro, contém normas específicas relativamente ao regime de promoção do pessoal docente universitário e do ensino superior politécnico e do pessoal de investigação científica, devendo, em consequência, o regime por ele estabelecido, designadamente no seu artigo 3.º, alínea b), in fine, ser considerado como lei especial, prevalecendo sobre as regras gerais para as carreiras da Administração Pública previstas no Decreto-Lei 353-A/89, de 16 de Outubro, concretamente a contida no seu artigo 17.º, n.º 2

Despacho n.º 2486/2012, de 20 de fevereiro
(Ministério da Justiça)

Cria um grupo trabalho no âmbito da reforma do mapa judiciário

14. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 2/2012, de 15 de fevereiro
(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Aprova a Emenda à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada pela Decisão III/7, na Terceira Conferência das Partes, realizada em Cavtat, na Croácia, de 1 a 4 de Junho de 2004

15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2012/A, de 17 de fevereiro
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Executa o orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 8/2012/A, de 20 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Recomenda à Comissão Permanente de Política Geral que no âmbito das suas competências apresente à Assembleia Legislativa uma Proposta de Reforma da Administração Local na Região

Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2012/A, de 20 de fevereiro
Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Suspende parcialmente o Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada

16. SAÚDE

Portaria n.º 46/2012, de 13 de fevereiro
(Ministério da Saúde)

Primeira alteração à Portaria n.º 198/2011, de 18 de maio, que estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição electrónica de medicamentos

Despacho n.º 2399/2012, de 17 de fevereiro
(Ministério da Saúde)

Constituição da comissão paritária de acompanhamento do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Saúde e a União das Misericórdias Portuguesas, em 27 de março de 2010

Decreto-Lei n.º 44/2012, de 23 de fevereiro
Ministério da Saúde

Procede à extinção e integração por fusão no Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., do Hospital de Curry Cabral, E. P. E., e da Maternidade Dr. Alfredo da Costa

17. TRABALHO

Portaria n.º 45/2012, de 13 de fevereiro
(Ministério da Economia e do Emprego)

Procede à criação da medida de apoio ao emprego «Estímulo 2012», que promove a contratação e a formação profissional de desempregados

18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Portaria n.º 44/2012, de 13 de fevereiro
(Ministérios da Administração Interna e da Economia e do Emprego)

Estabelece o sistema de classificação de riscos das empresas sujeitas às disposições do Regulamento (CE) n.º 561/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de março, relativo à harmonização de determinadas disposições em matéria social no domínio dos transportes rodoviários, e do Regulamento (CE) n.º 3821/2005, do Conselho de 20 de dezembro, relativo à introdução de um aparelho de controlo no domínio dos transportes rodoviários

19. TURISMO E LAZER

Portaria n.º 47/2012, de 20 de fevereiro
(Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Primeira alteração da Portaria 261/2009, de 12 de março, que define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza